

Cecília Cristina Silva Lelo Henriques — 15,40 Valores
 Ana Rosa Lopes Pinto Ferreira — 15,40 Valores
 Maria Natércia Pais Loureiro — 15,38 Valores
 Maria Isménia do Carmo Costa Soares — 15,25 Valores
 Maria da Conceição de Jesus Amaral Vaz — 15,23 Valores
 Amélia Maria Pereira Pinto — 15,18 Valores
 Maria da Assunção Ferrão Correia Andrade — 15,18 Valores
 Maria de Lurdes do Espírito Santo Pais — 15,18 Valores
 Maria de Fátima da Silva Pais de Sousa — 14,93 Valores
 Maria Luísa Rodrigues Póvoas Vaz — 14,93 Valores
 Carla Sofia Marques Simões — 14,85 Valores
 Lurdes da Conceição Marques C. Neves — 14,85 Valores
 Natália Maria Lopes Pedro de Brito Loio — 14,68 Valores
 Isabel Marques Mendes Sampaio — 14,53 Valores
 Rosa Maria Ferreira Monteiro Alexandre — 14,53 Valores
 Paula Maria Rodrigues da Costa — 14,35 Valores
 Fernanda Maria Henriques Alves Ribeiro — 14,28 Valores
 Maria Irene Marques dos Santos — 14,20 Valores
 Cristiana Mafalda Soares C. Pereira Mendes — 14,04 Valores
 Nádia Catarina da Costa — 13,95 Valores
 Joana Filipa da Silva Monteiro — 13,55 Valores
 Rita Joana Lopes do Prado Ferreira — 13,55 Valores
 Ana Luísa da Costa Rodrigues Fernandes — 13,48 Valores
 Maria de Lurdes Coimbras Pereira da Costa — 13,48 Valores
 Helena Isabel Morais Cardoso — 13,32 Valores
 Sónia Isabel Antunes Marques Castro — 13,15 Valores
 Olga Sofia da Silva Pina Amaral — 13,13 Valores
 Isabel Maria Lopes Oliveira Henriques — 13,08 Valores
 Maria Helena Luzio Pereira — 13,08 Valores
 Joana de Sena Nave Ferreira — 13,00 Valores
 Helena Maria dos Santos Pereira Ferreira — 12,84 Valores
 Ana Margarida Figueiredo Coelho — 12,80 Valores
 Cândida Sofia Ramos Borges Silvério — 12,75 Valores
 Carla Selene Fonseca da Cruz — 12,75 Valores
 Catarina Inês Ribeiro Pereira — 12,75 Valores
 Liliana Patrícia Marques Dias — 12,68 Valores
 Maria Margarida Sequeira da Costa Pais — 12,68 Valores
 Maria de Lurdes Marques Gouveia Lopes — 12,52 Valores
 Anabela Bernardino dos Santos Nunes — 12,35 Valores
 Carla Sofia Lourenço Neves — 12,35 Valores
 Dina Daniela da Cruz Ferreira — 12,35 Valores
 Hélder Manuel Abrantes Ferreira — 12,35 Valores
 Isabel Maria Correia de Pina Loureiro — 12,35 Valores
 João Pedro Mendes Simões — 12,35 Valores
 Júlia Maria Borges dos Santos — 12,35 Valores
 Kim Nathalie Fernandes — 12,35 Valores
 Liliana Andreia Ferreira Martins — 12,35 Valores
 Luís Carlos Coimbras Marques — 12,35 Valores
 Maria Cristina Germano Póvoas Ferreira — 12,35 Valores
 Maria da Graça Marques Costa Landeiro — 12,35 Valores
 Maria de Lurdes da Costa Figueiredo Santos — 12,35 Valores
 Maria de Lurdes dos Santos Pereira — 12,35 Valores
 Maria de Lurdes Fernandes dos Santos — 12,35 Valores
 Maria Élia dos Santos Amaral Balola — 12,35 Valores
 Mónica Cristina Esteves de Jesus — 12,35 Valores
 Olga Odete da Silva Ramos — 12,35 Valores
 Sónia Margarida Sobral Ferreira — 12,35 Valores
 Ana Paula Albuquerque Fonseca Duarte — 12,00 Valores
 Ana Rita Couto Ferreira — 12,00 Valores
 Patrícia Joana Lopes Pinto Pais — 12,00 Valores
 Raquel Soares Figueiredo — 12,00 Valores
 Tânia Henriques Gonçalves Borges — 12,00 Valores
 Vera Lúcia Loureiro Ferreira — 12,00 Valores
 Cristina Isabel Lopes Ferreira — 11,95 Valores
 Maria Fernanda da Conceição Pais do Couto — 11,95 Valores
 Carla Alexandra Nunes Adão Marques — 11,60 Valores
 Susana Margarida Ramos da Silva — 11,60 Valores

Paços do Concelho, 05 de Maio de 2010. — A Presidente da Câmara,
Isaura Leonor M. F. Silva Pedro.

303228955

MUNICÍPIO DE NORDESTE

Aviso n.º 9887/2010

Torna-se público que, por meu despacho de 21-04-2010, foi anulado o aviso n.º 6686/2010 do procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Nordeste, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63 de 31 de Março, por o mesmo conter anomalias no que concerne aos requisitos de admissão.

Paços do Concelho de Nordeste, 21 de Abril de 2010. — O Presidente da Câmara, *(José Carlos Barbosa Carreiro)*.

303228939

MUNICÍPIO DE ODEMIRA

Aviso n.º 9888/2010

Para os devidos efeitos, torna-se público que através dos despachos do Presidente da Câmara datados de 12 de Março do corrente ano, foi aprovada com sucesso a conclusão do período experimental de Raul José Ramos Lourenço e de Hortênsia Maria Nascimento Assunção Domingos, na categoria de Técnico Superior, no âmbito das reclassificações profissionais iniciadas a 15 e 28 de Dezembro de 2008, respectivamente.

Paços do Concelho de Odemira, 15 de Março de 2010. — O Vereador em Regime de Permanência (despacho de delegação de competências n.º 390/2009 P, de 20/11), *Ricardo Cardoso, Lic.*

303197632

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aviso n.º 9889/2010

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 15 de Abril de 2010, autorizei o estatuto de equiparação a Bolseiro, a Luís Manuel Bento, Técnico Superior, do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com dispensa de 2 meios-dias semanais, até ao próximo dia 31 de Julho de 2010.

Odivelas, 27 de Abril de 2010. — A Presidente da Câmara Municipal, *Susana de Carvalho Amador.*

303208689

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 9890/2010

Nos termos do n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que foi homologada em 13 de Abril de 2010, pelo Sr. Presidente da Câmara a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos admitidos ao Procedimento Concursal com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com dois Técnicos Superiores na área de Artes Decorativas/Design de Interiores, publicitado através do Aviso n.º 10957/2009, 2.ª série, n.º 114, de 16 de Junho.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos encontra-se publicitada no portal internet do Município de Oeiras (www.cm-oeiras.pt) e afixada na Divisão de Recursos Humanos, sita na Rua 7 de Junho de 1759, em Oeiras.

Oeiras, 4 de Maio de 2010. — Pelo Presidente, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Matos.*

303221964

Aviso n.º 9891/2010

Faz-se público que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 14 de Abril de 2010, na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de 67 lugares de Agente de 1.ª Classe, aberto nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 28.º todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 169 de 1 de Setembro de 2009, e usando da faculdade que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram providos como agentes de 1.ª classe os seguintes colaboradores, nos termos do anexo do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, conjugado com os

Decretos-Leis n.ºs 39/2000 e 40/2000, de 17 de Março, ficando integrados no escalão 1, índice 222: Ana Catarina Barbosa Cardoso, João Carlos Coimbra Malcata, Pedro Gonçalves Marques Pereira, Nuno Miguel Cardoso Diniz Silvestre, Nuno José Santos Fonseca Martins, Sónia Sofia Dias do Carmo Matos, Cláudia Isabel Rosa Salgueiro Lima, Hugo Alexandre Bento Palma Vargues, João Hugo Santos Sales Garcia Coelho de Almeida, Nuno Miguel Meleiro Pascoal, Marco Paulo Costa Silva, Bruno Miguel Lopes Almeida, Tânia Marina Carvalhais Mota, Nuno André Rodrigues Baptista Neves, Marcos Manuel Gonçalves Duarte, Marco Aurélio Lucas Fortes, José Carlos Ramos Santos, Rui Alexandre Nascimento Félix, Marisa Alexandra Cozinha Coelho de Almeida, Luis Manuel Correia Alves de Oliveira, Susana Maria Vilela Félix Mendes, Ricardo Alexandre Ribeiro Mendes, Catarina Cristina Santos, Ricardo Jorge Afonso Helena, João Bernardo Almeida Barreto, Carlos Manuel Rosa Silva, Andreia Rossana Freitas Lopes, Pedro Miguel Henriques Francisco, Alexandra Isabel Costa Alves, Nuno Miguel Ribeiro Correia, Sandra Arminda João Seixas, Nuno Miguel de Sousa Fonseca, José Sá Vaz Garrido, Paulo Jorge Graça Leandro, Rui Filipe Sequeira Roque, Paula Cristina Barros Fortes Filipe, Ana Paula Cardoso Gonçalves, Pedro Miguel Rodrigues Cardoso, José Carlos Martinho Moura, Márcia Santos Pinheiro Navarro y Rosa, André Guilherme Santos Vallespir, João Rodrigues Pedro Chinho, José Augusto Gaspar Oliveira Pegado, Carlos Nuno Pires Durão, Paulo Alexandre Espírito Santo Almeida, Tiago Miguel Oliveira Gouveia, Tânia Isabel Almeida Pereira, Luis Miguel Mira Casares, Ana Cristina Bacelo Paias, José Luis Gomes Pereira da Silva, Cátia Alexandra Osório Meireles, Marco António Conde da Saúde Marques, Paulo Sérgio Barreiro Santos, Marília de Fátima Rodrigues Barbosa Lourenço, José Manuel Rodrigues Nabais, Luis Miguel Mendes da Cunha Pintêus Carreira, Carlos Alves Pereira, André Luis Baptista Jorge Moreira Braga, António Manuel Caiado Gonçalves, José Manuel Tavares Correia, Rui Alexandre Marques da Silva Azedo, Tiago Rafael Pereira Duarte, Florbela Maria Oliveira Fatela Serra, Tiago Manuel Nogueira Carvalho e no escalão 2 índice 228: Susana Manuela Vaz Gonçalves Barbosa Nunes

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1 e 114.º, n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 16 de Agosto)

Oeiras, 4 de Maio de 2010. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Matos*

303221794

Aviso n.º 9892/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 52 postos de trabalhos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para Assistentes Operacionais na área da Limpeza Urbana.

O Município de Oeiras, sito no Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras, após consulta à DGAEP, que assegura transitoriamente as funções da ECCRC, informou através de ofício 39/DRSP/2.0/2009 que temporariamente fica dispensada a obrigatoriedade da consulta prévia a que se refere o n.º 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por despacho autorizativo de deliberação de Câmara no passado dia 24 de Março, faz público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, desde a data de publicação do presente, Procedimento Concursal Comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de cinquenta e dois (52) postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional na área da Limpeza Urbana, da carreira geral de Assistente Operacional, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º, do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, nos termos que a seguir se indicam:

- 1 — N.º de postos de trabalho a ocupar: 52 (cinquenta e dois).
- 2 — Local de Trabalho: Município de Oeiras — Divisão de Serviços Urbanos;
- 3 — Caracterização do posto de trabalho: Exercer funções de carácter manual ou mecânico; tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços, podendo comportar esforço físico; zelar pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo à manutenção e reparação dos mesmos, e outras funções inerentes à qualificação profissional, correspondente ao grau de complexidade 1, nomeadamente as seguintes actividades: Proceder à remoção de lixo e equiparados; à recolha de resíduos; à varredura e limpeza de ruas; limpeza de sarjetas e de sumidouros; proceder à lavagem das vias públicas; remover lixeiras e efectuar a extirpação de ervas; proceder à lavagem de contentores e túneis; limpeza de praias e ribeiras.
- 4 — Remuneração base prevista: A correspondente à 2.ª posição remuneratória, 2.º nível remuneratório, que equivale a €532,08 mensais, de acordo com a Tabela Remuneratória Única. O posicionamento remuneratório é objecto de negociação nos termos do artigo 55.º, da Lei

n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá lugar após o termo do procedimento concursal, tendo em conta o artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho.

5 — Requisitos obrigatórios de admissão (eliminatórios):

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a actividade caracterizadora dos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, e que não se encontrando em mobilidade, exerçam funções no próprio órgão ou serviço.

6 — Nível habilitacional exigido: Escolaridade obrigatória.

Poderão ser admitidos candidatos que em substituição do nível habilitacional possuam experiência profissional mínima de 2 anos na área a recrutar, devidamente comprovada.

7 — Disponibilidade para trabalhar aos sábados, domingos e feriados.

8 — Requisitos preferenciais de candidatura: É condição preferencial os candidatos terem forte orientação para o trabalho por objectivos; facilidade de relacionamento em equipas de trabalho.

9 — O recrutamento para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado inicia-se sempre entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por aplicação da norma atrás descrita, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos dos n.ºs (s) 4 e 6, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, conjugado com a al. g), n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10 — Os Métodos de Selecção consistirão em prova de conhecimentos (PC), avaliação psicológica (AP), entrevista profissional de selecção (EPS) e exame médico de selecção (EMS), e com as seguintes ponderações:

- Prova de conhecimentos — ponderação 45 %;
- Avaliação Psicológica — ponderação 25 %;
- Entrevista Profissional de Selecção — ponderação 30 %;
- Exame Médico de Selecção.

A Valoração Final (VF) será expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de selecção, efectuada de acordo com a seguinte expressão:

$$VF = PC (45\%) + AP (25\%) + EPS (30\%) + EMS$$

Em que: VF = Valoração Final; PC = Prova de Conhecimentos; AP = Avaliação Psicológica; EPS = Entrevista Profissional de Selecção; EMS = Exame Médico de Selecção.

10.1 — A Prova de Conhecimentos visa avaliar conhecimentos profissionais e competências técnicas necessárias ao exercício de determinado função, tendo o Júri deliberado, que a mesma revestirá a natureza prática.

A prova de conhecimentos revestirá a forma de simulação terá a duração de 180 minutos e consistirá na execução das seguintes tarefas:

- Desmatação de um terreno;
- Varredura de ruas, limpeza de sarjetas e sumidouros, com despejo de papeleiras de uma área do Município de Oeiras;
- Recolha de contentores de deposição de resíduos sólidos em viatura específica num circuito a designar.

A avaliação incidirá nos seguintes parâmetros:

- Percepção e compreensão da tarefa;
- Postura ergonómica;
- Celeridade na execução da tarefa;
- Qualidade da realização;
- Utilização do equipamento de forma correcta.

10.2 — A Avaliação Psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil